

MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA, TRANSGÊNICOS E O RESGATE DA AGRICULTURA ORGÂNICA

Franciane Cristine da Silva - Universidade Estadual Paulista
franciane.cristine@gmail.com

O primeiro grande segmento industrial nacional foi o algodoeiro associado a nascente indústria têxtil, em meados de 1880. Esta já com relações manufatureiras e localizadas nas cidades. Este grande complexo desenvolve-se, contudo, ao lado do complexo cafeeiro [agrícola], que manteve sua vital importância até 1930, e por congregar uma grande quantidade de capital, encabeçando um setor artesanal de produção de máquinas e equipamentos agrícolas para uso no beneficiamento primário do café.

No período de 1930 a 1960 foi a fase de integração dos vários segmentos produtivos nacionais, um esforço de congregação e formação de um mercado nacional. Este é o momento da constituição do capital industrial, período que inúmeros autores denominam de fase da “industrialização pesada”. É nesse momento a presença do Estado brasileiro é cabal, pois é este que realizaria os investimentos estratégicos, mas de alto custo e risco. Uma das ações estatais foi a fundação de empresas estatais como a Petrobrás, Eletrobrás, CSN, entre outras. Com a industrialização, a economia ganha um dinamismo próprio e inicia o processo de substituição de importações.

Mas a agricultura, mesmo com o aumento relativo da produção e com a alteração das relações de trabalho nela existentes, permanecia atrelada àquelas velhas formas de cultivo. A única agricultura para a qual a crise significou transformação e dinamismo, diversificando-se, foi a paulista e em menor grau nos estados do sul. O período pós 1930, é um período que toda a economia está ressentida das fortes e incontroláveis crises produtivas. Este quadro leva ao redirecionamento do excedente financeiro, agora, não mais a agricultura oferecia garantias, mas a nascente indústria nacional que já dispunha de mercado consumidor. Contudo, essas e outras crises são apenas resultado de uma expansão do capital, que na busca pela criação de novos mercados consumidores, estabelece mecanismos de constituição de um mercado interno no Brasil. Diante deste quadro dinâmico, tem-se dois pontos a serem observados, o primeiro é que este novo mercado criou a necessidade de interligar pontos em todo o país para que a produção nacional pudesse circular [ferrovias, mas, sobretudo rodovias]; e o segundo é a preocupação dos organismos estatais em tornar a agricultura mais produtiva e portadora de técnicas modernas de produção. Sobretudo para justificar as grandes propriedades existentes diante da massa de excluídos.

Nesse processo de implantação das políticas de modernização uma das dificuldades era os mecanismos de controle sobre esses recursos. A federalização dos recursos é uma tentativa de minimizar as pressões políticas locais e conferir maior racionalidade à distribuição de recursos. Estas são algumas das ações de um governo que teve como estratégia para o desenvolvimento de um plano de expansão do mercado interno e consolidação do capitalismo industrial nacional. Contudo, o mecanismo central, foi sem dúvida, o planejamento. O objetivo central, segundo Gonçalves Neto (1997: 142), foi [e até hoje se constitui dessa forma] “organizar o desenvolvimento da área, de forma

a evitar rupturas que possam colocar em risco a execução de uma macropolítica , já anteriormente definida (...).”

Esse processo gerou uma intensa expansão urbana e industrial, expansão das novas funções urbanas e segmentos produtivos, que por sua vez direcionaram e elevaram a demanda interna por produtos rurais.

Contudo, as condições técnicas e econômicas da produção rural evoluíram muito lentamente até os anos 50. A demanda por produtos de qualidade que atendessem a nascente indústria continuava a aumentar, fato impulsionador de políticas que também atendessem o rural, para que este pudesse ser eficiente o suficiente no suprimento do mercado nacional. Além disso, é preciso liberar mão-de-obra para as atividades urbanas e isso só se conseguiria com uma agropecuária mecanizada e “modernizada” em seu processo. Segundo Szmrecsányi; Suzigan (1997), o movimento social pela reforma agrária ganha eco no governo federal nessa época. Importante ressaltar que embora existisse um forte movimento para essa diversificação e “modernização”, a reforma agrária não se consolidou como uma realidade. Ao contrário, estabeleceu-se o que Szmrecsányi; Suzigan (1997) chamaram de “modernização conservadora” da agricultura, ou seja, alteraram-se as bases tecnológicas do processo de produção agropecuária sem alterar a estrutura agrária vigente. O fracionamento existente baseou-se em incorporação de novas áreas ou fracionamento da propriedade por questões de herança.

Esse fato decorre da capacidade dos grandes proprietários de terra em manter o controle político das massas rurais [cuja contra partida era a fraqueza dos movimentos camponeses], esse fato é um elemento importante para a permanência dos latifúndios no bloco do poder durante um período de intensas transformações tecnológicas e estruturais do segmento agropecuário brasileiro.

A modernização conservadora territorializou-se no Brasil, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, em um primeiro momento na região sudeste e sul e portanto estimulando migrações para essas áreas; e posteriormente na região centro-oeste, norte e parte oeste do nordeste, também estimulando migrações. A indústria, contudo, também representou e representa atrativo para a região sul e sudeste, por esse motivo é equivocado o pensamento de término das migrações estimuladas por centros tecnológicos nos mais diversos pontos do país. Essa mobilidade é resultado de uma reorganização do espaço econômico em torno dos novos centros de expansão agrícola, sobretudo a partir da década de 1930. A migração mais importante se deu realmente no sentido campo/ cidade, mas as migrações entre as diferentes áreas agrícolas também se constituíram um importante fenômeno.

As expansões dessas fronteiras sempre acompanham, em linhas gerais a dinâmica do conjunto da economia, através da liberação ou retenção da força de trabalho, da criação de infra-estrutura e criação de novos mercados.

Evidentemente que esse processo de reestruturação teve tempos, intensidades e territorialidades diferenciados ao longo do território brasileiro, gerando desigualdades regionais mais profundas e evidentes. Logicamente que o aspecto ambiental nesse contexto segue a mesma ordem de divisão espacial e graus de exploração.

Nesse processo reestruturativo, perseguiu-se uma política agrícola baseada em uma concepção de planejamento induzido dos mercados de produtos rurais mediante a desoneração dos riscos estruturais do processo produtivo privado. Assim, estimula-se a adoção de um pacote tecnológico, que cientistas convencionaram chamar de “Revolução Verde”, considerando que o uso intensivo de maquinário e produtos químicos [que em um primeiro momento aumentou a produção] era sinônimo de modernidade e competitividade. Surgia assim, um novo padrão agrícola, orientado fundamentalmente para uma integração vertical, incrementando sua produção através do aumento de produtividade. É nesse contexto que surge o SNCR. Este agiria como mecanismo financiador desses novos processos produtivos rurais.

Observe-se também que uma das características dessas políticas é a manutenção da estrutura agrária e política local/ regional, fomentando a inclusão competitiva dessas articulações sociais que se materializam especialmente na produção agrícola.

Paralelo ao financiamento, o governo federal funda as instituições de pesquisa e tecnologia – EMBRATER, EMBRAPA, empresas estaduais de pesquisa, que vem de encontro com a SNCR, política de preços mínimos, programa de apoio à atividade agropecuária, as AGF, entre outras...

Para Geraldo Muller (1996), o fato mais importante que permite delimitar a década de 60 como um marco de um novo padrão agrícola é a constituição do Complexo Agroindustrial (CAI) brasileiro a partir da negação do predomínio do complexo agro-comercial até então existente. A CAI surge como produto da modernização, constituindo-se como vetor dessa modernização que o constituiu.

Deste modo, o processo de constituição do CAI – e da chamada *industrialização da agricultura* - que é o momento mais avançado da modernização, só se pôde efetivar a partir da implantação da indústria que servisse a agricultura, ou seja, uma indústria que forneça máquinas e insumos para essa agricultura. Assim, a literatura ressalta que a “industrialização do campo” é um momento específico do processo de modernização, é a unificação da agricultura e a indústria, em uma escala maior, algo além do simples consumo de bens industriais pela agricultura. Assim, tem-se uma nova dinâmica porque há um novo padrão agrícola, cujo grau de articulação e integração com o local, o regional, o nacional e o internacional tem outras proporções quantitativas e qualitativas. Não existe um comportamento geral e padronizado, mas sim uma variedade de dinâmicas de acordo com as características de cada complexo, de cada escala com que ele se relaciona e das características do território.

Por outro lado, constituiria um reducionismo completo tratar dos complexos agroindustriais e os processos de mudanças na base técnica de produção rural como algo homogêneo no segmento agropecuário brasileiro, ao contrário, este processo segue a mesma lógica seletiva espacial e temporalmente.

Importante ressaltar que a burocratização do crédito e na seletividade quanto aos tomadores levou a exclusão de milhares de produtores de pequeno porte do acesso ao crédito. Os financiamentos tendiam a ficar restritos aos proprietários que possuíam alguma garantia a oferecer ao banco, prejudicando pessoas que trabalham na terra. Nesse grupo estão os meeiros, parceiros, rendeiros, entre outras formas de trabalho agropecuário que não possuem títulos de propriedade da terra.

Financiamentos concedidos às atividades econômicas, pela carteira de crédito agrícola e industrial – 1962/ 1964 (valores em Cr\$ 1.000) – Santa Catarina						
Especificação	1962	1963	1964	1971	1972	1973
Algodão	10.178	17.098	42.161	481.383	517.789	586.970
Arroz	22.412	43.299	109.776	497.796	772.370	1.191.260
Café	13.867	9.590	40.301	449.388	734.740	1.125.120
Cana-de-açúcar	1.664	3.582	17.645	194.016	302.168	529.347
Feijão	2.329	4.873	9.097	69.781	84.519	237.478
Fumo	1.177	1.274	2.813	20.969	30.390	49.848
Mandioca	2.912	4.722	6.213	45.825	62.171	58.872
Milho	13.473	19.579	46.087	366.945	442.734	939.119
Trigo	1.699	4.944	7.998	406.287	713.571	602.891
Outros	5.916	10.218	25.486	39.617	138.106	156.776
Soja	-	-	-	315.382	611.699	1.302.868

Fonte: Banco do Brasil (Anuário Estatístico do Brasil – 1965 e 1974)

*Variável inexistente no Censo de 1974.

Observe-se na tabela que a soja, por ser um produto valorizado no mercado interno, passa alocar uma quantidade muito maior de recursos, seguido pelo arroz, base da alimentação do brasileiro e do café, também para o mercado externo. O milho, no caso de Santa Catarina, também recebe maior atenção por sua importância no binômio milho/ carne estabelecido pelos frigoríficos do oeste do estado.

Só na década de 1980 é que o poder financiador do Estado decai, agravando o quadro anteriormente discutido. Essa situação é mais sensível com a abertura da economia na década de 90. A agricultura é transformada em *agrobusiness*, abandonando o pequeno produtor e/ou o produtor descapitalizado, à sorte do mercado [nacional e internacional].

Por outro lado, todo esse processo de modernização agropecuária necessita da produção e difusão de novas tecnologias, sem o que não se consegue alterar os índices de produção e de produtividade. Por isso parte do montante destinado para o SNCR foi direcionado para a pesquisa. As empresas públicas de pesquisa e tecnologia teriam a missão de desenvolver um trabalho científico no sentido de promover a passagem da agricultura tradicional para uma agricultura tecnologicamente avançada. Contudo, a maior parte das inovações são provenientes das pesquisas realizadas em outros países ou por grupos internacionais, os quais implantaram o modelo de produção da “Revolução Verde”. Esta se justificaria pelo pressuposto de que existe uma demanda maior do que a possibilidade de cultivo de alimentos atuais. Portanto, associado com os insumos químicos e máquinas era necessário o desenvolvimento da biotecnologia, para que esta pudesse atender as demandas de produtividade que eram impostas ao setor agropecuário, limitadas por fatores físico-químicos e climato-ambientais das regiões produtoras. Deste modo, tanto a pesquisa, quanto o crédito tendia a privilegiar algumas culturas de maior rentabilidade, ficando mais uma vez o pequeno produtor, refém de sua própria incapacidade de alocação de recursos e de poder de pressão.

Uma das principais novidades era o uso de fertilizantes, que na década de 50 tiveram sua utilização favorecida, inclusive com taxas cambiais preferenciais, para que a indústria pudesse encontrar condições favoráveis para sua instalação no Brasil. Nesse sentido, durante toda a década de 60, criaram-se fundos agrícolas para possibilitar o acesso ao produtor rural. O resultado foi a rápida adesão a essa tecnologia, sobretudo dos fertilizantes do conjunto NPK – nitrogênio, fósforo e potássio. Com os fertilizantes acompanhavam as indicações para os defensivos agrícolas, os chamados organoclorados, que foram proibidos no mundo todo por seus efeitos nocivos no organismo humano, foram banidos dos campos dos países tecnologicamente avançados. Após a conclusão de que a demanda por defensivos era grande assim como a dependência interna, o governo lança em 1975 o Programa Nacional de Defensivos Agrícolas (PNDA), com o objetivo de diminuir a dependência do mercado externo nesse sentido. Neste momento, já emergia no mundo um intenso debate sobre as questões ambientais. Todavia, com o agravamento da questão ecológica e as críticas que foram tecidas em torno do uso desse tipo de produto, a utilização dos agrotóxicos encontrou como alternativa a biotecnologia (Gonçalves Neto, 1997).

Como resposta, nos anos 90 inicia-se assim, a implantação de organismos geneticamente modificados, são os chamados Transgênicos [Trans – alteração/ mudança, Gênicos – Genes], esses são frutos da engenharia genética criada pela moderna biotecnologia. Segundo Dossiê do Greenpeace sobre impactos dos transgênicos na agricultura brasileira:

Um organismo é chamado de transgênico, quando é feita uma alteração no seu DNA - que contém as características de um ser vivo. Por meio da engenharia genética, genes são retirados de uma espécie animal ou vegetal e transferidos para outra. Esses novos genes introduzidos quebram a seqüência de DNA, que sofre uma espécie de reprogramação, sendo capaz, por exemplo, de produzir um novo tipo de substância diferente da que era produzida pelo organismo original. (Greenpeace, 2004. documento de internet/ 19/ 09/ 2004)

Produtos como a soja e o milho, bastante valorizadas no mercado internacional, e largamente utilizadas na indústria foram os primeiros a experimentar essa inovação. Juntamente com o auge da modernização agrícola, surgem encontros internacionais para discussão do meio ambiente, onde se ressaltou o potencial degradante do manejo conferido à agricultura, além de fortes indícios de seu declínio produtivo e de seu alto custo em relação aos ganhos obtidos. Segundo Caporal e Costa Beber (2001):

A difusão dos pacotes tecnológicos, no entanto, não garantiu os esperados aumentos nos rendimentos físicos da agricultura. Estudos da EMBRAPA⁵, por exemplo, mostram que, de 1964 a 1979, a produtividade dos 15 principais cultivos do Brasil cresceu apenas 16,8%. No mesmo período, o consumo de fertilizantes químicos cresceu 124,3%, de inseticidas 233,6%, de fungicidas 584,5%, de herbicidas 5.414,2% e de tratores 389,1%. A degradação dos solos, acelerada principalmente pela excessiva mecanização e pela prática da monocultura, continua em ritmo assustador

em várias regiões produtoras do país. Em algumas situações as perdas de solos por erosão já atingem 150 t/ha-ano. Vale assinalar, nesses aspectos, que o decréscimo da matéria orgânica no solo de 3,8% para 1,8% reduz a produtividade agrícola em 25% (Pimentel, 1984). Como consequência de processos dessa natureza, novos investimentos precisam ser canalizados para a amenização da desordem e para a manutenção artificial da capacidade produtiva dos agroecossistemas. Ou, como diz Odum (1986:57), "O conserto contínuo é um dos custos das civilizações de alta energia". (Caporal e Costa Beber, 2001: 25)

Desta forma, a biotecnologia estava sendo vista como potencialmente capaz de imprimir uma nova dinâmica no cultivo de alimentos, conferindo maior produtividade e lucratividade, diminuindo a pressão sobre os recursos naturais e quase que eliminando [em um primeiro momento] a necessidade de uso de agrotóxicos. Nasce em 1980, um novo padrão na agricultura brasileira, a biotecnologia com a adoção dos transgênicos. Esse novo padrão busca diminuir a influência dos fatores ambientais limitantes, como fertilidade do solo, temperatura, disponibilidade de água, carência de alguns elementos de acordo com a área em que seriam inseridos, além de controlar e se apropriar do conhecimento empírico local criando uma dependência extrema dos produtores em relação às transnacionais.

Uma das críticas, contudo, é, até onde se pode controlar a formação desses subprodutos e até que ponto isso não interfere na formação e manutenção de nossa cadeia genética?

A maioria dos alimentos mais importantes no mundo é alvo da engenharia genética. Segundo informações do Greenpeace (2004) já são permitidos o cultivo e comercialização nos E.U.A. de variedades de tomate, soja, algodão, milho, canola e batata. O plantio comercial dessas variedades também é praticado na Argentina, Canadá e China. Na Europa, a autorização só foi concedida para o fumo, a soja, a canola, o milho e a chicória, mas atualmente só o milho tem se desenvolvido em escala comercial [na França, Espanha e Alemanha].

Os prejuízos com o uso desta tecnologia ainda são discutidos em termos ambientais. A universidade questiona que dentre os riscos potenciais para o meio ambiente, pode-se citar a perda da biodiversidade, surgimento de ervas daninhas resistentes a herbicidas, aumento do uso de agrotóxicos e a contaminação do solo. Por outro lado, a contaminação genética (EMATER, 2001) dá-se com o cruzamento natural de variedades caipiras com o produto geneticamente modificado. Esse processo ocorre espontaneamente pela própria ação da fauna existente no local. O controle sobre essas variáveis é impossível e a extensão e intensidade das alterações geradas ainda são desconhecidas e podem permanecer assim por um tempo razoável, já que a genética constitui-se em um processo mais lento na cadeia natural. A biotecnologia não deve ser julgada como alvo herege, mas pensa-la como algo que ainda deve ser amplamente estudada e regulada por regimentos éticos bastante discutidos com a sociedade, garantindo a possibilidade de cada um em consumir ou não esse tipo de alimento.

O mito do produtivismo não pode suplantiar qualquer tipo de regra, seja ela natural ou social, tão pouco o ecologismo frenético pode comparar a vida de um ser humano a de um animal qualquer,

todavia, explorar um ambiente que também pertence a outras vidas sem a mínima preocupação com essas é no mínimo falta de ética, que com instrumentos legislativos e executivos a mão podem facilmente direcionar esse tipo de apropriação do território e do conhecimento científico.

O Estado de Santa Catarina é um dos espaços desse embate, sobretudo porque possui uma estrutura fundiária baseada na pequena propriedade rural, advinda de migrantes europeus. Santa Catarina, sobretudo o oeste, tem sua economia agrícola bastante diversificada, tendo como base a força de trabalho e a mão-de-obra familiar. Esta estrutura sócio-econômica deu origem a um dos ramos mais lucrativos já desenvolvidos pelo Brasil, a agroindústria do suíno e do frango.

Essa atividade, contudo, teve sua origem na região sul do Estado [região de Tubarão] onde iniciou-se investimentos no processamento de banha e carne suína. Seu nascimento se deu eminentemente em pequenas propriedades, mas esse movimento se deu, não por uma ação espontânea, mas em resposta a incentivos governamentais para a substituição da banha norte-americana em detrimento da banha nacional. Esse quadro se consolidou com o pós 1ª Guerra, onde a exportação de bens agrícolas é favorecida e a de carne também. Contudo com a especialização dos frigoríficos do sul catarinense, estabelece-se uma divisão territorial do trabalho, onde no sul do estado buscava-se a produção de derivados de suínos com valor agregado, enquanto que no oeste inicia-se a atividade ligada a criação e exportação de suínos vivos. Assim, com a política federal do pós 1950, inúmeros outros frigoríficos instalaram-se no extremo oeste catarinense e passaram a diversificar, com isso inicia-se a criação de aves no oeste do estado, além da instalação de fábricas de ração [instaladas pelos próprios frigoríficos].

Deste modo, Santa Catarina, sobretudo o oeste do estado tem profundas alterações nas relações sociais e produtivas relacionadas ao processo de modernização encabeçado pelo governo federal, sobre isso o Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina (1984) ressalta:

Em Santa Catarina a partir dos anos de 1960, predominaram as mesmas tendências ocorridas na agricultura nacional, como por exemplo, a modernização da base técnica da agricultura e a consolidação do complexo agroindustrial; um intenso processo de urbanização e o rápido crescimento do emprego não agrícola; (...) Todavia, o ritmo e as características dessas transformações diferem. Tal diferenciação deriva da larga predominância da pequena produção (agrícola e industrial) na gênese deste Estado. Essa pequena produção é fortemente regionalizada, o que por si só já imprime ritmos regionais diferenciados. A esses aspectos soma-se a pequena dimensão territorial e populacional do estado e a acidentada topografia (apenas 36% da área pe mecanizável). Grosso modo, a partir de 1950, verificou-se o aumento da subdivisão e minifundização; expansão da lavoura permanente; expansão das culturas de milho ligado à produção de suínos; desenvolvimento da grande lavoura capitalista no Oeste e extremo Oeste catarinense; especialização das atividades produtivas; efetiva tecnificação nas bases produtivas da agricultura catarinense; substituição da mão-de-obra familiar pela contratada; etc.

Frente a essa dinâmica de subordinação e apropriação/ exclusão sobretudo dos proprietários de pequenas propriedades rurais, a agroecologia é uma nova abordagem da agricultura que integra diversos aspectos agronômicos, ecológicos e socioeconômicos, na avaliação dos efeitos das técnicas agrícolas sobre a produção de alimentos e na sociedade como um todo. A agricultura orgânica é parte dessa matriz, pensando uma ação mais racional na agricultura, ao passo que a agroecologia busca uma postura sustentável no aspecto social, cultural, econômico e ecológico. Este conceito representa um conjunto de técnicas que surgiu em meados dos anos 90 e visa a produção de alimentos mais saudáveis e naturais. Tem como princípio básico o uso racional dos recursos naturais locais.

A evolução para essa forma de produção foi gradual, iniciando-se no fim da 1ª Guerra Mundial, quando surgiam na Europa as primeiras preocupações com a qualidade dos alimentos consumidos pela população. Os primeiros movimentos de agricultura com abordagem sustentável surgiram respectivamente na Inglaterra (Agricultura Orgânica) e na Áustria (Agricultura Biodinâmica).

Após a Conferência para o Desenvolvimento e o Meio Ambiente, a ECO-92, no Rio de Janeiro, chegou-se a conclusão de que os padrões de produção e atividades humanas em geral, notadamente a agrícola, teriam que ser modificadas. Buscar-se-iam os modelos de uma agricultura sustentável, são os conhecimentos empíricos dos agricultores, acumulados através de muitas gerações, ao conhecimento científico atual para que, em conjunto, técnicos e agricultores possam fazer uma agricultura com padrões ecológicos, econômicos (eficiência produtiva), sociais (eficiência distributiva) e com sustentabilidade à longo prazo. O conceito de agricultura sustentável nos dias de hoje, é entendido como um conjunto de princípios e técnicas que visam reduzir a dependência de energia externa e o impacto ambiental da atividade agrícola, produzindo alimentos mais saudáveis e valorizando o homem do campo, sua família, seu trabalho e sua cultura.

Em Santa Catarina, centenas de famílias já vivem de renda gerada por esse tipo de atividade, muitas vezes associado com o desenvolvimento de atividades de ecoturismo, sobretudo em pequenas propriedades no oeste deste estado, sobre isso ver Silva, 2003. No oeste catarinense, foi a partir da organização de produtores e consumidores que pesquisas começaram a ser realizadas pesquisas e iniciou-se a organização dos agricultores. Foi uma mudança de postura e pensamento das pessoas que gerou esse movimento e esta é a base para uma mudança efetiva e eficaz da produção e da própria sociedade. Nesse sentido, a agricultura orgânica

Entre as diversas constatações está a da efetiva existência da prática da agricultura orgânica organizada enquanto movimento social e ambiental e reconhecida com através da certificação. Ao contrário do que se imaginava inicialmente esta prática não tem como motivador primário a exploração econômica, mas a mudança de relações produtivas e melhoramento ambiental local. O resultado disso foi à organização dos produtores em cooperativa e a criação da demanda nas empresas de pesquisa oficiais e em núcleos de pesquisa da sociedade civil organizada. Com a criação de mercado consumidor, a organização dos produtores, a estruturação física para a venda dos produtos e a conscientização da população da importância deste tipo de produção, a busca pela legalização das ações é um passo a diante para a organização do movimento e para a credibilidade deste e de seus parceiros e colaboradores. Assim, a rede ECOvida, e os produtores implantaram o

“sistema de certificação participativo”, no qual todo o grupo a ser certificado, faz uma inspeção constante nas propriedades e ao mesmo tempo é inspecionado pelos outros membros do grupo. Essa forma foi desenvolvida para que cada membro fiscalizasse, se auto-fiscalizasse e fosse fiscalizado, promovendo uma integração entre os certificados e trocas de experiências e dificuldades entre si, desenvolvendo sobretudo relações de amizade e constituído comunidades. Observou-se também uma melhora na qualidade ambiental das propriedades rurais, com o controle efetivo e eficaz do processo erosivo, recomposição da mata ciliar em grande parte dos estabelecimentos e aumento da produtividade das propriedades, além da diversificação das atividades nela praticadas, permitindo maior autonomia diante das instabilidades do mercado local, regional e nacional. Estima-se que pelo menos 30% dos agricultores orgânicos do município desenvolvam em suas propriedades algum tipo de beneficiamento de seu produto para a agregação de valor (Dados da APACO/ 2005 – trabalho de campo). Segundo informações obtidas por meio dos questionários, a susceptibilidade das plantações e das fontes d’água à seca diminuiu, observando-se inclusive um aumento no número de fontes existentes e do volume de água de cada uma delas. Segundo os proprietários este é um processo gradativo de melhora das condições ambientais do solo e da vegetação e é visto como indicador de qualidade ambiental dos estabelecimentos. Cerca de 90% dos proprietários vive exclusivamente dos produtos orgânicos produzidos e os agricultores consideram que houve melhoria nas condições de vida e de saúde. Esta é a resposta buscada pelos produtores, que em entrevistas expressam claramente que o elemento motivador da agricultura orgânica foi os problemas de saúde decorrentes do manejo de agrotóxicos, a desvalorização e degradação das suas propriedades, construindo um quadro de descapitalização e exclusão da atividade agrícola. Assim, a agricultura orgânica é uma forma eficaz de geração de emprego e renda para a família agricultora, sobretudo nas pequenas propriedades.

As bases da agricultura orgânica e da agroecologia, propicia a organização em grupos, buscando soluções coletivas e organizando-se para reivindicar infra-estrutura e incentivos do poder público. Mais que isso, a agricultura orgânica, enquanto núcleo que articula interesses sociais comuns, promove a conscientização dos envolvidos e portanto, também leva a sua organização social para a discussão e elaboração de estratégias de resistência e de melhoramento das condições de vida. A busca é pela autonomia, uma autonomia produtiva, social e ambiental. A organização leva ao desenvolvimento da capacidade de cada indivíduo de construir os seus conceitos, seus princípios e limites. Constitui-se ainda como movimento territorial, pois gera novas formas de articulação, criação e recriação de territórios.

Assim, o objetivo deste trabalho já foi parcialmente alcançado, sendo este, avaliar os principais aspectos das novas configurações territoriais desencadeadas a partir da prática da agricultura orgânica no oeste de Santa Catarina, especificamente o município de Chapecó, que por sua vez tem experienciado o processo de territorialização deste tipo de agricultura, por reunir variáveis ambientais, econômica, políticas e sociais indispensáveis. Para tanto buscou-se como metodologia o levantamento bibliográfico, entrevistas, trabalhos de campo e construção de croquis [basicamente], que auxiliarão na formulação de considerações a respeito da relação entre a teoria e a realidade territorial do recorte aqui adotado. Lembrando que a como referencial teórico buscar-se-á trabalhar

com o materialismo histórico dialético, mas outras correntes teóricas também poderão contribuir, entre elas a fenomenologia e o próprio positivismo em alguns momentos.

Bibliografia

- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: Adinâmica Produtiva da Agricultura Sustentável**. Porto Alegre: Ed. Univerdidade/ UFRGS, 1998.
- BONILHA, José A. **Fundamentos da Agricultura Ecológica**. São Paulo: Nobel, 1992.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural**. In: Etges, Virgínia Elisabeta (org.). Desenvolvimento rural: potencialidades em questão. Santa Cruz do Sul: EDUSC, 2001; p.19-52.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: Política agrícola e modernização econômica brasileira 1960 – 1980**. São Paulo: HUCITEC, 1997. p. 141 – 225.
- HESPANHOL, Antonio Nivaldo. **A expansão da agricultura moderna e a integração do centro-oeste brasileiro á economia nacional**. In: Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, AGB, n° 22, 2000, p. 7-26.
- LEITE, Sérgio Pereira (Org.). **Políticas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2001.
- MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo, HUCITEC/ EDUC, 1989.
- MARTINE G. & Garcia, R. C. (orgs). **Êxodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola**. In: Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo: Ed. Caetés 1987, p. 59 – 79.
- PASCHOAL, Adilson D. **Produção Orgânica de Alimentos: Agricultura Sustentável para o Século XX e XXI**. São Paulo, 1994, 279p.
- SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (Orgs.). **História Econômica do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: HUCITEC, 1997. p. 209 – 263.
- SILVA, João Marcio Palheta da; SILVEIRA, Marcio Rogério. **Geografia econômica do Brasil: tema regionais**. Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2002. 248p.
- SANTO, Evelise Espírito. **A Agricultura no Estado de Santa Catarina**. Chapecó: Grifos, 1999. 170p.
- SORJ, B. **Estado e as Classes Sociais na Agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro, 2ª ed. Guanabara, 1951, 159 p.
- VOGTMANN, H. & WAGNER. R. **Agricultura Ecológica: Teoria e Prática**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. 168p.
- WERLANG, Alceu. **A Colonização do Oeste Catarinense**. Chapecó, SC: Argos, 2002. 86p.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural**. In: Etges, Virgínia Elisabeta (org.). Desenvolvimento rural: potencialidades em questão. Santa Cruz do Sul: EDUSC, 2001; p.19-52.